

## Apresentação

### EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA CLASSE TRABALHADORA: HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA FRENTE À NEGAÇÃO DO DIREITO<sup>1</sup>

Sonia Maria Rummert<sup>2</sup>  
Jaqueline Ventura<sup>3</sup>

Em outubro de 2021, um vídeo com jovens e adultos (em sua maioria mulheres) procurando por comida em um caminhão de lixo em Fortaleza chamou a atenção, nas redes sociais, sobre a situação de aprofundamento da desigualdade social e da ampliação da fome no país. Estima-se que hoje, vinte e cinco milhões de brasileiros não saibam o que, nem se irão comer<sup>4</sup>. Esse quadro dramático, intensificado em virtude da pandemia da Covid-19, é banalizado pela política ultraliberal em curso no país, em virtude das políticas atualmente implementadas, sobretudo, pelo governo federal e traz para jovens e adultos da classe trabalhadora imensos desafios para existir e resistir.

À medida que se intensificam a exploração e a expropriação, os desafios da vida social se intensificam; multiplicam-se as estratégias degradantes de

<sup>1</sup> Artigo recebido em 08/11/2021. Aprovado pelos editores em 10/11/2021.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i40.52218>.

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Formação de Adultos na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa – Portugal. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ – Brasil). Professora Colaboradora do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF) e Professora Associada do Programa de Doutorado em Formação de Adultos do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – Portugal. Líder do Grupo de Pesquisa EJATrabalhadores (EJATrab UFF – CNPq).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1187-8786>; E-mail: [rummert@gmail.com](mailto:rummert@gmail.com);

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9928452814893376>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora de Educação de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF). Coordenadora do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados em Trabalho e Educação (Neddate – UFF). Vice-líder do Grupo de Pesquisa de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJATrab UFF – CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9548-253X>; E-mail: [jaqventura@uol.com.br](mailto:jaqventura@uol.com.br); Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8217768981005318>.

<sup>4</sup> Mais de 24,5 milhões de brasileiros não sabem se vão comer no dia, diz estudo. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-10-13/pessoas-passando-fome-brasil.html> Acesso em 02 de novembro de 2021.

sobrevivência, expressão da complexidade de um mundo do trabalho desregulamentado, fragmentado, precário e volátil (ANTUNES, 2003).

Nesse cenário dramático, este número da Revista Trabalho Necessário **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: história, luta e resistência** debate, particularmente, questões referentes à educação voltada aos jovens e adultos da classe trabalhadora; a educação dos oprimidos de que trata Paulo Freire ou dos “de baixo” nos termos utilizados por Edward Thompson. Os estudantes (atuais ou potenciais) da Educação de Jovens e Adultos (EJA), marcados por condições socioeconômicas que não permitiram o acesso ou a conclusão da escolarização, integram a classe trabalhadora, estejam ou não inscritos oficialmente no cada vez mais amplo universo de ocupações. São sujeitos aos quais vem sendo negado, ao longo da história e a partir de diferentes estratégias, o pleno direito à educação de qualidade socialmente referenciada.

Mais recentemente, em virtude da pandemia, as precárias condições de existência dessa fração da população brasileira, cada vez mais ampliada, ganharam maior visibilidade, explicitando a questão da classe, como categoria essencial ao entendimento do substrato comum de precariedade que atinge as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros. Nessa perspectiva, aqueles que se colocam no campo crítico, sublinham o caráter de classe na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mais que isso, convidam a indagar, como ponto de partida, quem constitui, efetivamente, o “público” da EJA para além dos números que os representam abstratamente. Pergunta-se, assim, quem são as trabalhadoras e os trabalhadores que estudam na EJA, ou que não possuem as condições objetivas básicas para frequentá-la nos moldes tradicionais em que se configura? Até que ponto se reconhecem ou não como pertencentes à classe trabalhadora, mesmo quando não possuem vínculos de trabalho reconhecidos? Como forjam suas trajetórias de produção e reprodução da existência? Que saberes constroem e apreendem neste processo cotidiano de luta pela vida?

Faz-se necessário, refletir, também, sobre as concepções de trabalho que regem os fundamentos e as práticas pedagógicas na modalidade. O trabalho, ao longo da história da EJA, tem sido tomado, de modo estrito, em sua forma histórica (prática econômica, cujo conteúdo é definido pela historicidade do modo de produção), ou seja, tomado como trabalho alienado, no caso do modo de produção

capitalista. Nessa perspectiva pragmática, sua ênfase tem recaído na educação para o emprego, perspectiva hoje significativamente abalada pelos intensos processos de precarização e de difusão da crença no empreendedorismo, que na verdade, constitui uma das mais claras expressões das economias estruturalmente frágeis.

Predomina, nessa perspectiva, a lógica mercantil, que compreende os próprios seres humanos como mercadorias, como insumos econômicos a serem qualificados segundo as demandas dos processos produtivos e as necessidades de controle social. Tal concepção constitui uma forte justificativa para que a EJA não constitua prioridade nas políticas de educação, a não ser quando as demandas pontuais de nosso capitalismo dependente requerem ações emergenciais, circunscritas a formações reduzidas, precárias e marcadamente subsumidas pelas parcas exigências do trabalho simples (MARX, 1980).

Essa compreensão reducionista do trabalho e, conseqüentemente, da educação, particularmente no caso a EJA, circunscreve-a a uma perspectiva instrucional e conformadora da divisão social do trabalho, nos limites da ordem social do capital. Faz-se necessário, portanto, trazer subsídios teóricos para situar uma ampla análise crítica das relações que se estabelecem entre Trabalho-Educação na Educação de Jovens e Adultos, trazendo para o centro do debate o fato de que, para além da dimensão histórica, a categoria trabalho abriga, do mesmo modo, a dimensão ontológica como processo necessário de produção da existência humana e, concomitantemente, de ação contínua e multifacetada de produção de saberes que se constroem na vivência cotidiana dessas experiências.

Nesse sentido, o trabalho, independente das diferentes formas históricas de sociedade, se apresenta em sua dimensão social-ontológica de mediação entre homem e natureza, satisfazendo suas necessidades básicas no processo de produção e reprodução das condições de sua existência (MARX, 1980, p. 202). Portanto, compreender a natureza educativa do trabalho, tanto por seu caráter ontológico quanto por sua especificidade histórica, é essencial por ser pressuposto da compreensão do processo histórico de produção dos conhecimentos e das contradições das relações sociais de produção.

Ainda segundo Marx, “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.”

(MARX, 1980, p. 202). Convém salientar que as dimensões ontológica e histórica são indissociáveis, sendo ambas essenciais para que o trabalhador se reconheça como sujeito capaz de lutar contra sua própria alienação e exploração e, assim, pela transformação social.

Este número temático da TN ganha importância ao trazer um conjunto de reflexões que, à luz da relação Trabalho-Educação, abordam as especificidades da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no rico processo de constituição do indivíduo como ser social. Sublinha-se, assim, o caráter historicamente heterogêneo inerente à classe trabalhadora, tanto na realidade brasileira quanto na dos demais países. São diferentes identidades que compõem coletividades com traços culturais próprios de sujeitos que vivem, de acordo com suas especificidades sócio históricas, o desafio cotidiano de produção e reprodução social da existência a partir da situação de classe comum a uma ordem social injusta e desigual<sup>5</sup> que constitui a base do modo de produção capitalista.

Entendemos que as contribuições dos autores, em sua rica multiplicidade de abordagens, concorrem de forma significativa para refletirmos acerca das políticas atuais da educação básica e/ou profissional dos jovens e adultos da classe trabalhadora, situando-as como importantes expressões de particularidades de um processo mais amplo de relações sociais de produção capitalistas, de retrocessos das políticas sociais, especificamente nas economias periféricas (FERNANDES, 1975) como é caso da África, da América Latina e, particularmente em nosso caso, do Brasil.

A situação de negação do direito à educação básica a milhões de brasileiros/as se amplia em face a novas ameaças que se somam aos históricos desafios de submissão da EJA às lógicas de exploração e expropriação subsumindo-a às imposições do mercado. A ampliação desse processo desenha, ainda, um retrocesso em relação ao estabelecido legalmente para a modalidade, ameaçando a própria existência da EJA como ação sistemática e presencial com avaliação em processo, de responsabilidade do Estado, formulador e indutor das políticas públicas de educação. Desse modo, a EJA vem passando por um silencioso processo de desmonte, com: a redução contínua de matrículas no ensino

---

<sup>5</sup> Essa é a concepção que rege o conjunto das ações acadêmicas características do Grupo de Pesquisa Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJATrab/UFF-CNPq). Para maior conhecimento indicamos a leitura da Apresentação do Grupo no site <http://ejatrabalhadore.sites.uff.br/>

fundamental e médio; o progressivo fechamento de turnos, turmas e escolas que ofertam a modalidade presencial pública; a redução significativa de recursos públicos destinados a EJA; a ampliação do formato EAD; a flexibilização no atendimento que oficializa a precarização da oferta e a ampliação da Certificação (RUMMERT, 2019).

Enfrentar esse desafio é uma tarefa de todos, que exige a retomada da luta sistemática e coordenada em defesa da educação pública. Os desafios à EJA se ampliam com a necessidade de superar a visão ainda predominante emergencial, marcada por práticas conformadoras à ordem capitalista. Portanto, juntamente com a defesa da democracia, da dignidade humana e da justiça social, há que se lutar também contra o atual processo de extinção da EJA no âmbito das redes públicas de ensino.

Para tanto, é essencial aproximar, de forma efetiva, a EJA construída nos espaços-tempos escolares das inúmeras e ricas iniciativas no âmbito da Educação Popular, que emergem em todo o território nacional, latino-americano e africano, cujas raízes estão histórica e indissolúvelmente entrelaçadas. Trata-se, assim, de luta conjunta, da classe trabalhadora, uma vez que a complexidade e a dinâmica social impõem, cada vez mais, a cooperação, a partilha, a mútua aprendizagem e a unidade na luta comum pelo direito universal à Educação.

Foi a partir dessa compreensão da realidade que este número da Revista Trabalho Necessário foi organizado em suas diferentes seções. Inicialmente trazemos, na seção **Homenagem**, o reconhecimento necessário do trabalho de **Osmar Fávero**, professor emérito da Universidade Federal Fluminense e referência nacional como educador, pesquisador e militante no campo da Educação de Jovens e Adultos, desde os anos de 1960. Não poderíamos deixar de explicitar o reconhecimento a todo o trabalho que, há décadas, foi dedicado ao resgate e à preservação da história da educação da classe trabalhadora pelas mãos dos próprios trabalhadores. Com esta intenção, **Ênio Serra** nos presenteia com o texto *Osmar Fávero e a reconstrução da memória social da educação de jovens e adultos e da educação popular*. Ainda como parte da singela homenagem, reproduzimos o artigo intitulado *Materiais pedagógicos para educação de jovens em adultos*, publicado no *Cadernos Cedes*, em 2007, no qual Osmar analisa materiais

pedagógicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), dos anos 1990.

Na Seção **Artigos do Número Temático**, encontram-se 14 trabalhos de autores internacionais e nacionais, com análises amplas e outros com abordagens mais específicas, todos ricos em reflexões sobre o rico universo da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores.

**Esther Levy**, em seu artigo *Formación de Trabajadores, Sistema Educativo Y Políticas Públicas. La Educación de Jóvenes y Adultos en la Argentina en los Primeros 20 Años del Siglo XXI*, nos proporciona a reflexão sobre o tema, diante dos cada vez mais intensos problemas de desemprego e de desocupação que vêm atingindo a Argentina nas últimas décadas. A autora aborda a forma como o Estado vem implementando políticas públicas e programas de capacitação de trabalhadores, em particular daqueles aos quais não foi assegurado o direito à educação e à qualificação. Entretanto, tais políticas transferem para os próprios sujeitos a responsabilidade por sua condição de “carentes de credenciais e qualificações para o trabalho” e reforçam a concepção de que essas carências constituem a causa da desocupação e da vulnerabilidade social a serem contornadas. Desse modo, como nos mostra a autora, os trabalhadores desocupados – em particular as mulheres – são privados de sua condição de cidadãos com efetivos direitos à educação, ao trabalho, à moradia, à saúde etc.

No artigo *Trabajo y Educación de Jóvenes. Repensar nuestro tiempo*, **Samuel Carvajal Ruiz** aborda as históricas crises inerentes ao modo de produção capitalista e sua repercussão intensa na vida societária da classe trabalhadora, em particular, na juventude duramente atingida por uma perigosa situação de escravidão ou semiescravidão gerada a partir das condições de trabalho e dos postos de trabalho a ela destinados. Para o autor, a vulnerabilidade, imputada aos jovens, evidencia um dos múltiplos aspectos destrutivos do capital, em que a juventude é percebida como um “objeto de desejo” da exploração do trabalho. Esse quadro, expressão mais de um “século de capitalismo depredador”, requer seu enfrentamento e não pode ser naturalizado.

A dinâmica da organização social brasileira e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil estão presentes nos próximos trabalhos. Assim, o artigo *Formação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: marcas da exclusão na sociedade*

*capitalista*, de autoria de **Ivanir Ribeiro e Maria Hermínia Laffin**, trata do “lugar marginal” que a EJA historicamente ocupa no Brasil, situada no contexto de profundas desigualdades características de um país de capitalismo periférico/dependente como o nosso. Assim, desde o início do século XX até a atualidade, o que predomina nessa modalidade de ensino é a formação de “mão-de-obra”. As autoras, no entanto, destacam que esse é um campo de disputas, no qual a concepção de educação comprometida com a emancipação enfrenta o desafio de construir resistências a partir de elos que fortaleçam os sujeitos coletivos.

**Marcia Alvarenga** expõe, no artigo *Educação de Jovens e Adultos na Baixada Fluminense: do percebido ao vivido pela dialética de Henri Lefebvre*, sua análise crítica sobre o Projeto Baixada (1986-1990), compreendendo-o como um dispositivo político operado pelos movimentos associativos em três municípios de periferias urbanas na Baixada Fluminense/RJ. O estudo retoma o período da história política brasileira de transição democrática, em que a educação de jovens e adultos registrou a passagem do Mobral para a Fundação Educar. Com o objetivo de analisar aspectos considerados, à época, como inovadores, o Projeto foi examinado à luz da contribuição teórico-metodológica de Henri Lefebvre na perspectiva do materialismo histórico-dialético, no qual o espaço é compreendido como relação social, ou seja, como práxis social. Conclui-se que o projeto Baixada é um resíduo de tempos desiguais reverberando nas vozes de sujeitos que reivindicam necessidades radicais para a reprodução da vida.

No artigo *Educação de jovens e adultos do precariado e o paradigma da dignidade provisória*, **Caio Vinícius de Castro Gerbelli** analisa em sua pesquisa empírica, um conjunto de dados estatísticos provenientes das inscrições para o Enceja - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, entre 2017 e 2019. Seu objetivo é compreender a busca por certificação de escolaridade em tempos de acumulação flexível do capital, marcado pela extrema precarização das condições de vida e trabalho.

Sustentado em pesquisa empírica e utilizando a metodologia da história oral, o artigo *A Permanência dos Estudantes no PROEJA: história de luta e resistência*, de **Nara Soares Costa, Beatriz Gonçalves Brasileiro e Paula Reis de Miranda**, apresenta uma análise sobre a experiência do curso técnico em Agente Comunitário de Saúde no Proeja do IF Sudeste de MG, a partir das falas dos próprios sujeitos

envolvidos (discentes e docentes, especialmente). Isso, num contexto atual de “morte” do Proeja, e sem considerar, ainda, a histórica instabilidade institucional e política dessa modalidade de ensino. Mesmo assim, as autoras concluem que para esses/as discentes, o retorno à escola, é uma forma de resistência à exploração e uma forma de luta para além da sobrevivência.

Com base na pedagogia crítica, o texto de **Hélida Lança** intitulado *A implementação do EJATEC na rede estadual de São Paulo: mais um ataque à educação de jovens e adultos trabalhadores* se propõe a analisar as estratégias de adequação da Educação de Jovens Adultos à contrarreforma do Ensino Médio no Estado de São Paulo, tendo por foco a implementação do EJATEC. A autora destaca que o EJATEC reduz a formação do estudante às exigências de reprodutibilidade do capital, a despeito de propagar o exercício de uma educação integral. O estudo também apontou que a política se configura a partir da junção simples da EJA com um modelo de formação já existente de formação profissional, o qual submete a formação geral à lógica das competências.

A partir de pesquisas sobre modos de vida de migrantes e de mulheres da classe trabalhadora, as próximas análises nos instigam a pensar sobre especificidades da EJA. O artigo *Migração, jornada de trabalho e Educação de Jovens e Adultos: as (im) possibilidades de conciliação trabalho e escola*, das autoras **Larissa do Livramento Pereira e Célia Regina Vendramini**, aborda a realidade de trabalhadores migrantes que estudam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Florianópolis/SC. Busca compreender como se configuram as relações entre a jornada de trabalho e a escolarização desses trabalhadores migrantes que estudam na EJA. A pesquisa que originou o artigo revelou que a inserção precoce no mercado de trabalho e a longa jornada se colocam como impedimentos para a permanência e a conclusão da escolaridade. Partindo da análise da exploração do trabalho, as autoras demonstram a incompatibilidade entre o tempo-trabalho e o tempo-escola, considerando as excessivas jornadas a que são submetidos, obrigando-os a escolher qual aspecto de sua vida deverá ser sacrificado como, por exemplo, o necessário tempo de descanso e lazer.

Na sequência, o artigo *Mulheres da classe trabalhadora na EJA: processos de escolarização e conciliação com o trabalho*, de **Maria Cláudia Barreto e Gilvanice**



**Musial**, discute a inserção de mulheres da classe trabalhadora na Educação de Jovens e Adultas/os (EJA), considerando as relações entre trabalho feminino e educação no contexto brasileiro, bem como, as especificidades das mulheres-estudantes no afastamento e retorno à escolarização na modalidade EJA. Por meio da aplicação de questionários, entrevistas e diário de campo, a pesquisa sobre a escolarização de mulheres na EJA, que originou o artigo, revelou que as atribuições laborais, paradoxalmente, impulsionam a decisão da mulher de retornar à escola, porém, também dificultam a conciliação da rotina trabalho-estudo.

A questão da tecnologia é discutida no trabalho de pesquisa intitulado *Weblogs e diálogos investigativos com estudantes da EJA: uma experiência para instigar habilidades de reflexão* de **Regina Aparecida Marques e Gizele Parreira** buscou avaliar as possibilidades do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para instigar o pensamento reflexivo de alunos (as) da EJA. Os 17 estudantes de um curso profissionalizante experimentaram uma metodologia de pesquisa instigante, que integrou a proposta de comunidade de investigação com a produção de *weblogs*. Mesmo tendo o cuidado de não idealizar o uso das TIC na área de educação, os resultados mostraram a transformação do pensamento dos participantes pela práxis e também pelo reconhecimento de si no mundo.

Na sequência, três artigos abordam questões que envolvem a EJA e a educação do campo. O artigo de **Egídio Martins** intitulado *Negação do saber sistematizado aos pescadores da Colônia Z-16: luta e esperança* avaliou a concepção de saber sistematizado de pescadores da Colônia Z-16, localizada no município de Cameté (PA). A avaliação proposta foi articulada com os desafios de acesso e permanência na escola que são enfrentados pelos sujeitos pesquisados, bem como as consequências do contato superficial com o saber sistematizado em suas vidas. O autor sublinha a relação contraditória dos trabalhadores da pesca com a escola, à medida que esta vem sendo cada vez mais colonizada por discursos da classe dominante, mas que é percebido por aqueles como um espaço que possibilita a expansão dos horizontes para além da pesca.

**Nagela Aparecida Brandão**, no artigo *Trabalho e educação de adultos em áreas de reforma agrária: a produção da consciência*, apresenta reflexões sobre práticas educativas desenvolvidas em um assentamento de reforma agrária em Minas Gerais. A partir da compreensão do significado concreto e historicamente

determinado do trabalho no assentamento, buscou-se perceber como se estabelece essa relação privilegiando as práticas educativas construídas no contexto produtivo, no processo de trabalho. A análise enfatiza a dimensão da formação política dos “Sem Terra”, compreendida como a capacidade de compreender e intervir nas escolhas e decisões pertinentes ao trabalho e à vida coletiva no assentamento; a capacidade de entender a relação entre as lutas no assentamento e as lutas pela reforma agrária e, também, de construção de um projeto democrático-popular para o Brasil.

O interessante artigo de **Ana Maria Baldo e Elisete Enir Bernardi Garcia** denominado *Sim, eu posso: a caminhada do MST rumo à erradicação do analfabetismo em áreas da Reforma Agrária* representa uma temática de grande relevância para os Jovens e Adultos Trabalhadores e para a superação do analfabetismo no Brasil, na medida em que vai em direção oposta às contrarreformas contemporâneas no campo da educação. A proposta do MST, baseada nos pressupostos do método cubano relacionado às necessidades brasileiras, afirma as possibilidades de uma leitura de mundo necessária para a superação das desigualdades sociais e para o acesso à educação no Brasil.

O último deste conjunto é o artigo *O discurso da empregabilidade na Educação de Jovens e Adultos trabalhadores rurais: resistência no contexto da luta pela terra e pelo direito à educação* de **Bruno Alysson Soares Rodrigues, Maria Aires de Lima, Frederico Jorge Ferreira Costa** busca analisar a reverberação da categoria empregabilidade na Educação de Jovens e Adultos trabalhadores rurais, a partir do contexto de extinção do PRONERA e do avanço da precarização do trabalho no campo. Assumindo que a ideia de empregabilidade compõe um discurso que objetiva uma formação aligeirada, alienada e de caráter comportamental, os autores reafirmam a necessidade de uma educação do campo enquanto resistência, e que são os povos do campo que devem assumir o protagonismo do seu processo formativo.

Na **seção Resenhas** encontramos duas obras que discutem a Educação de Jovens e Adultos e uma última que discute a questão da prática enquanto categoria, como esta é apresentada, representada, bem como a crítica pertinente realizada aos processos de formação de professores e da formação da classe trabalhadora.

O texto de **Adriana Penna**, intitulado *Educação Física e EJA no Brasil: histórias que se entrecruzam no horizonte de luta pela emancipação humana* apresenta a resenha do livro *A Educação Física na Educação de Jovens e Adultos: experiências da realidade* de Maria Cecília da Silva Camargo, Maria da Conceição dos Santos Costa e Rosa Malena de Araújo Carvalho. A publicação apresenta a discussão sobre o papel da educação física, como atividade humana, contextualizando historicamente a cultura e a expressão corporal, tendo como perspectiva a emancipação dos corpos da classe trabalhadora. A discussão representa um diálogo entre a Educação Física, articulada a uma modalidade de ensino particular, a EJA, apresentando um panorama da Educação Física (suas contradições, seus processos emancipatórios) e da EJA, na formação e na prática dos professores, nas diferentes regiões de nosso país.

*Educação de jovens e adultos trabalhadores – impasses históricos* é o título da resenha de **Giovanna Henrique Marcelino** sobre o livro *Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: história, lutas e direito em risco*, organizado por Sonia Maria Rummert. O livro é composto por oito artigos que traçam um panorama sobre a negação à classe trabalhadora do direito à escolarização básica, o que se constitui agenda e objeto de disputa política ao longo da história. Para a autora, o livro auxilia na compreensão de que, na formação social brasileira, os processos de modernização não superam, mas sim, repõem o arcaico em um novo patamar.

A resenha de **Pedro Leão da Costa Neto** sobre o livro *Para a crítica dos fundamentos da formação de professores no Brasil*, de Elza Peixoto (2021), destaca, em primeiro lugar, que a obra é resultado de longa pesquisa da autora e reúne questões que a ocupam desde a graduação, continuando ao longo de seu trabalho com a prática de ensino nos cursos de Formação de Professores de Educação Física. Tendo como problema teórico a categoria da prática no pensamento crítico educacional brasileiro, a autora elabora suas reflexões a partir da concepção materialista da história, mormente do pensamento do teórico português José Barata-Moura sobre o materialismo de Marx. Um livro necessário, especialmente em tempos conservadores e regressivos.

Em continuidade, o número 40 da *Trabalho Necessário* traz, na seção **Entrevista**, o instigante relato da Vice-Reitora da Universidade Licungo, a professora **Brígida D'Oliveira Singo**, sobre a *Educação de adultos em Moçambique*

- *Passado, Presente e Perspectivas*. Nesta entrevista conduzida pelas professoras **Marcia Alvarenga e Sonia Rummert**, a entrevistada aborda os desafios enfrentados em Moçambique, principalmente quanto à educação e, em particular, à educação de adultos, desde o pós-independência do colonialismo português até os dias atuais. Trata, também, do atual Sistema Nacional de Educação e das dificuldades contemporâneas do país, como as calamidades naturais e a guerra civil dos Dezesesseis Anos, às quais, hoje, a pandemia do Covid-19 se soma e aprofunda as dificuldades e desafios do país. A rica entrevista aborda, ainda, a Frente de Libertação de Moçambique, e nela, o protagonismo de Samora Machel cujo pensamento sobre a educação pode ser conhecido na seção Memória e Documentos. Além disso, é destacada a influência de Paulo Freire nas lutas contra as opressões coloniais na época das revoluções de libertação.

Na **seção Teses e Dissertações**, são apresentados três resumos expandidos de uma tese e duas dissertações, que enriquecem as abordagens apresentadas ao longo deste número da revista.

A tese de **Vanessa Gonçalves Dias**, intitulada *Embriões do Poder Popular? Um estudo comparado das experiências agrárias de trabalho e educação no Brasil e Venezuela*, é, como a própria autora anuncia, uma dura crítica ao “projeto destrutivo do capital e as alternativas de trabalho, educação, cooperação e auto-organização do campesinato latino-americano”. A autora desenvolve suas ideias acompanhando as experiências em assentamentos do MST no Brasil e nas Comunas Socialistas na Venezuela, entre 2016 e 2020. Ao final, destaca que as mesmas são, apesar das contradições que as permeiam, importantes espaços de resistência anticapitalistas.

A dissertação de **Sânia Nayara da Costa Pereira** intitulada *A pedagogia do capital no programa adolescente aprendiz da Fundação Bradesco* analisa a formação profissional proposta e o sentido dado, pelo campo empresarial, à referida formação com o caminho aberto pela Lei da Aprendizagem de 2000, para ações do capital financeiro / empresariado nacional, apresentada como “possível promessa” ao ingresso no mercado de trabalho dos jovens adolescentes. Assim, o papel educativo assumido pela Fundação Bradesco, como diz a autora, encontra-se baseado em uma concepção educativa na perspectiva do capital, com “uma formação ideológica calcada nos pilares do aprender a aprender”, conjugada com a “pedagogia das competências para garantir a empregabilidade”.

*Quem manda na escola pública? Os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu – RJ entre 1964 e 1988* é o título da dissertação de **Lidiane Barros Lobo**, defendida 2019, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (UERJ). A autora analisa o cenário político nacional no período, bem como sua relação com o local, considerando a materialidade das políticas públicas e os processos de luta e resistência, destacando as experiências de alfabetização de jovens e adultos trabalhadores naquele município.

A seção **Memória e Documentos**, a última do Dossiê, dialoga com a entrevista concedida à revista Trabalho Necessária, pela Professora Brígida Singo. Nela sob o título *Educar o povo para consolidar a Revolução: a contribuição de Samora Moisés Machel*, **Sonia Maria Rummert e Jaqueline Ventura** nos apresentam várias considerações sobre o pensamento e o trabalho político-pedagógico de Samora Machel, marxista e um dos protagonistas no processo revolucionário de libertação da situação de opressão e exploração que a burguesia colonial impunha aos moçambicanos e a seu país. Militante e defensor da educação popular, compreendida como educação para todos, Machel concebia a educação escolar como arma fundamental para a efetiva libertação do povo. O texto que elegemos para este número da TN *Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder*, expressa essa perspectiva, bem como fundamenta os argumentos acerca da defesa da educação como parte de um amplo e revolucionário projeto de sociedade, justa e democrática.

Enriquecendo a leitura, a revista traz também a seção **Artigos – Outras Temáticas**. Os três artigos que a integram, não deixam de estar sintonizados / articulados com os tempos-espacos educativos da formação (formal e não formal) dos Jovens e Adultos Trabalhadores, na medida em que apresentam as variadas constelações da formação humana.

O artigo de **Gregório Galvão de Albuquerque**, intitulado *Lunga, o herói da insurgência de bacurau*, aborda a desconstrução / construção da figura do herói apresentado na filmografia de Kleber Mendonça. Para além do entretenimento, representações e sentidos que assume a arte para seus expectadores, o autor busca refletir sobre o lugar social que deve ocupar a arte cinematográfica. Como diz o autor “o cinema político é uma mediação histórica, pois representa e ao mesmo

tempo constrói a realidade”, enfim, uma arte engajada com o processo de construção societária de determinada sociedade.

De autoria de **Ana Kelly Arantes, Helena Mara Dias Pedro e Marcelo Lima**, o texto *A produção acadêmica do GT 09 da Anped: diálogos online sobre o campo Trabalho e Educação* apresenta uma análise dos trabalhos aprovados e apresentados na reunião regional Sudeste da ANPED, em 2020. São salientados os aspectos teóricos, metodológicos e empíricos que os autores privilegiam, tendo em vista a tradição do GT 09 – Trabalho e Educação, que se estrutura com bases sólidas no pensamento crítico de orientação marxiana e marxista.

O artigo de **Maria de Fátima Matos e Marinete Costa Lima**, com o título *Estrutura curricular: reflexões sobre o ensino médio no Pará* aborda as imbricações das políticas educacionais na atualidade e os desafios para os sujeitos educativos na formulação dos currículos para o Ensino Médio, baseada na BNCC. As autoras buscam compreender como se dá o processo de assimilação e atuação dos sujeitos inseridos nas políticas educativas, explicitando como a Reforma do Ensino Médio (através das DCNEM e BNCC) é apropriada pelos sujeitos e instituições.

Em suma, esse número da Revista, a partir do trabalho coletivo dos/as autores que a integraram, buscou contribuir para o debate sobre a riqueza e a complexidade da EJA e sua relevância para os processos de luta pela emancipação da classe trabalhadora. Afinal, uma perspectiva emancipatória da educação nos conduz a uma aproximação com os modos como esses trabalhadores constroem estratégias de sobrevivência, bem como produzem saberes nos processos e trabalho, também produzindo cultura. Esse processo requer concepções e práticas educativas que reconheçam os alunos da EJA como produtores de história, de cultura e de saberes.

Sob essa perspectiva, a educação é compreendida como importante espaço de luta e de resistência, no qual é possível construir coletivamente ferramentas para conhecer as múltiplas possibilidades de vida e as suas potencialidades de transformação. Fica evidente, portanto, a necessidade de que a educação se oriente, também, pelos fundamentos do trabalho em sua dupla dimensão – ontológica e histórica – propiciando aos jovens e adultos da classe trabalhadora uma formação ampla, plural e emancipadora. Poderá, assim a escola, essa instituição secular e essencial na construção de sociedades efetivamente democráticas,

contribuir para a construção de iniciativas educacionais pautadas pela escolarização científica, tecnológica e histórico-social concorrendo, dentro de suas especificidades, não apenas para minimizar as injustiças e as desigualdades reformando o capitalismo, mas para ser elemento fundamental de sua superação.

Afinal, como afirma Paulo Freire (2001, p. 25), no livro *Política e Educação*, “Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem pratico. O a favor de quem pratico me situa num certo ângulo, que é de classe, em que divisa o contra quem pratico e, necessariamente, o por que pratico.”

Assim, permanentemente na resistência e na luta pela emancipação da classe trabalhadora, desejamos uma boa leitura!

## **Referências**

ANTUNES, R. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v.1, n. 2, p. 229-237, set. 2003.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortês, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. v. 1, Livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

RUMMERT, Sonia Maria (Org.). **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: história, lutas e direitos em risco**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.